

cescontexto

Monastic architecture and the city

Editor

Catarina Almeida Marado

Nº 06

June 2014

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Property and Edition/Propriedade e Edição

Centre for Social Studies – Associate Laboratory

University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Editorial Board/Comissão Editorial

General Coordination/Coordenação Geral: Sílvia Portugal

Debates Collection Coordination/Coordenação Debates: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

O convento de S. Domingos e o plano urbano do Porto entre os séculos XIII e XVI

José Ferrão Afonso,¹⁰ Escola das Artes da UCP/CRP
jafonso@porto.ucp.pt

Resumo: Esta comunicação sintetiza o papel de primeiro plano que os Dominicanos desempenharam na formação da paisagem urbana do Porto entre os séculos XIII e XVI, tema que é um dos principais da nossa tese de doutoramento recentemente publicada (Afonso 2013).

Palavras-chave: Porto, convento de S. Domingos, plano urbano.

Abstract: This paper summarizes the key role that the Dominicans have played in shaping the urban landscape of Porto between the thirteenth and seventeenth centuries, a topic that is a leading issue to our recently published doctoral thesis (Afonso, 2013).

Keywords: Porto, Dominicans religious houses, urban plan.

A morada

A cidade da Alta Idade Média identificou-se com o seu próprio símbolo. Para a tradição neoplatónica, que dominou o panorama cultural do Ocidente cristão até ao século XIII, não existia uma cidade, mas «a cidade», ou Jerusalém Celeste. O Porto românico, abrigado atrás do seu anel de muralhas, que o bispo D. Hugo e os seus sucessores imediatos desenvolverão a partir de 1120, comungava dessa identificação tida como objectiva e universal. Porém, os progressos demográficos e económicos, associados às transformações políticas e religiosas, começarão a questionar, sobretudo após a crise de 1190-1210, esse espaço absoluto e teológico. Os principais agentes da transformação serão os Mendicantes, chegados ao Porto na terceira década do século XIII, que se estabeleceram no extremo poente da cintura periférica de hortas, a ocidente da acrópole românica amuralhada da Penaventosa, que ocupava o trecho inferior do vale de um afluente do Douro, o rio da Vila (Fig.1).

Um escritor medieval, Guilherme de Saint-Pathus distinguiu no século XIII dois aspectos da existência humana: a cavalgada e a morada (Zumthor, 1993:37). Se aos Franciscanos servia bem a primeira, os Dominicanos identificavam-se com a segunda e essa atribuição espelha bem o papel muito mais institucional que estes últimos desempenharam no Porto. Desse modo, a narrativa de Frei Luís de Sousa sobre a fundação dominicana, ao contrário do relato de Frei Manuel da Esperança sobre o vizinho estabelecimento franciscano, é plena de referências a aspectos construtivos, a obras, a materiais e à azáfama dos mestres (Sousa, 1977: vol. I, 307).

¹⁰ Doutorado em Teoria e História da Arquitectura pela Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Professor auxiliar da Escola das Artes da UCP/CRP, investigador integrado da linha de Estudos e Conservação do Património Cultural do CITAR e do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto.

Os Dominicanos foram chamados pelo bispo do Porto D. Pedro Salvadores, que em 1237 enviou ao Capítulo de Burgos um convite para a sua instalação na cidade. O local escolhido foi o vale do rio da Vila, perto e a ocidente da Porta do Souto, depois chamada Porta de Santana. Aí, duas vias que subiam do rio, uma proveniente da ermida de S. Nicolau, a outra um pouco a poente desta, cruzavam-se com a estrada que, oriunda da costa, se dirigia para Valongo e Lamego após percorrer a cidade amuralhada.¹¹ Nesse local, segundo Frei Luís de Sousa, existiam já construções: «...In bono loco Ecclesiam consecratam cum domibus in quadro ad modum claustris constructis, & spatium satis latum ad habendum hortum, & ad officinas alias construendas...» (Sousa, 1977: vol. I, 306).

A situação do convento dominicano resumia os percursos que atravessavam o vale. Ela era rica em termos de domínio da paisagem, dos seus acidentes geográficos e da sua rede viária. Estava, também, próxima da cidade episcopal e do rio da Vila, o que favorecia a componente institucional. O possível dano causado pelo relativo afastamento do Douro seria rapidamente contornado, pois os frades, através de compras e doações expandiram a sua cerca para sul, até atingir as proximidades da ermida de S. Nicolau, junto da margem.¹² Não se pode esquecer, porém, que a localização dos dois conventos mendicantes e das suas cercas foi condicionada pelo senhorio episcopal, contribuindo para determinar os limites administrativos da «Civitate» eclesiástica do século XIII, em que se baseará o traçado da muralha gótica erguida no século seguinte. A poente dos Franciscanos e Dominicanos situou-se Miragaia, já fora desses limites, que contemporaneamente se constituiu em paróquia (fig.1).¹³ A instalação mendicante ocorreu, por conseguinte, num momento em que decorria uma divisão administrativa e sacramental do território urbano, para cujo arranque contribuiu, de forma decisiva, a implementação de uma fiscalidade mais eficaz e a divisão de propriedades entre Mitra e Cabido ocorrida c. 1200.

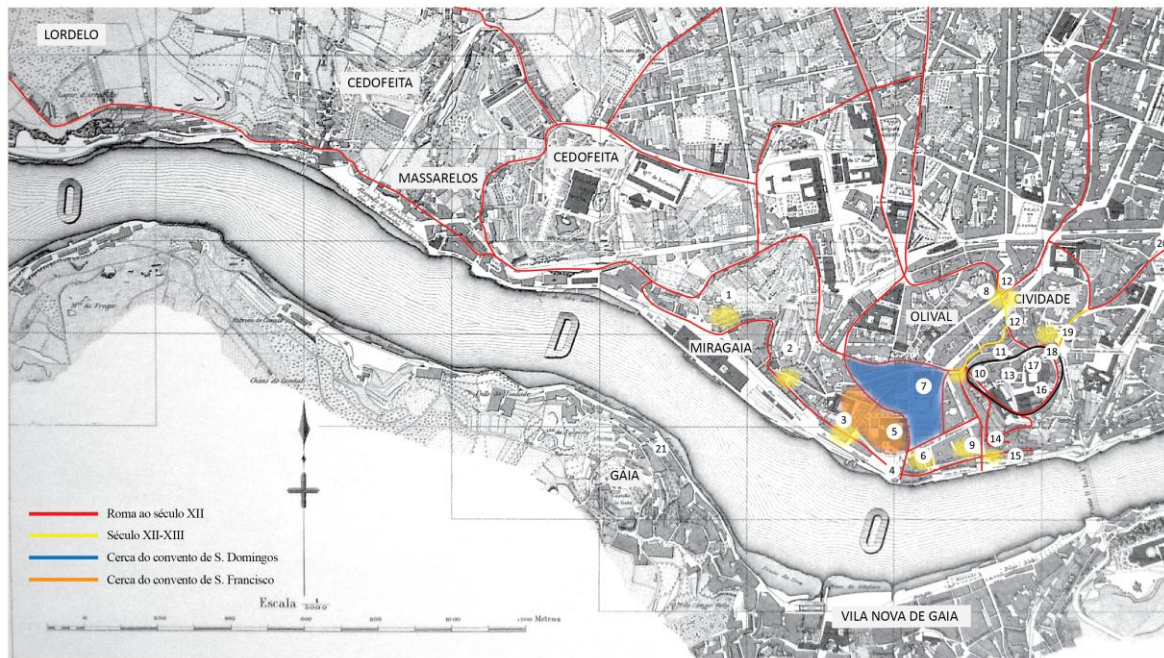
Ultrapassados os primeiros confrontos com a autoridade senhorial, os Dominicanos consolidaram-se territorialmente e iniciaram a construção do seu convento. Uma ordem, dada em 1249 pelo bispo ao Cabido, acusa este de negligência nas suas funções paroquiais e determina a colocação de um capelão na ermida de S. Nicolau, junto dos conventos mendicantes (Grave e Almeida, 1924: 502-503). Essa determinação elucida-nos acerca dos motivos principais da sua instalação na cidade, situação recorrente nos centros urbanos europeus da primeira metade de Duzentos. Na verdade, o clero secular tradicional não conseguia acompanhar, nem a explosão demográfica, nem as novas exigências espirituais dos habitantes citadinos. Estas derivaram do desenvolvimento de novas actividades e condições de vida que, se não eram completamente desconhecidas anteriormente, seriam pelo menos praticadas por um número extremamente reduzido de pessoas. Entre estes últimos

¹¹ A estrada era, muito provavelmente, uma antiga via romana. Oriunda do interior norte, entrava na cerca românica, depois de passar pela fortaleza de Vandoma, Valongo da Estrada e a ermida pré-românica de Santo Ildefonso, pela porta de Vandoma. No interior da cerca românica designou-se, na Baixa Idade Média, rua do Redemoinho e rua das Aldas; saía da zona baixa da cerca pela Porta do Souto, depois designada de Santana e, após atravessar o vale do rio da Vila, bordejando o convento de S. Domingos - e a ermida que o precedeu -, subia a colina do Olival pela designada calçada de S. Domingos. Depois de ultrapassar o ponto onde, no século XIV, se abrirá o postigo das Virtudes da nova muralha gótica, contornava o vale do rio Frio em Miragaia para se unir, no actual largo do Viriato, com outra via romana, que arrancava da margem do Douro na calçada de Monchique. Prosseguia para ocidente pela rua de Sobre-o-Douro e depois por Massarelos, Arrábida, Lordelo, Matosinhos e Vila do Conde (fig.1).

¹² Arquivo Distrital do Porto, Convento de São Domingos, K/19/7-16, *Livro do Foral [...]*, fls. 2 e ss. (apud Barbosa, 1995: 37).

¹³ No Censual do Cabido refere-se Miragaia como sendo um «suburbium» situado para lá dos limites da «civitate» episcopal (apud Ferreira, 1923: vol.I, 248). Em 1257 existia já uma paróquia de Miragaia (Santos, 1973: 49).

salientavam-se, no Porto, os mestres e mercadores; a ocidente da cidade episcopal, a sua primeira zona de fixação extramuros terá sido precisamente a margem esquerda do rio da Vila e a ribeira do Douro, bem perto do raio de acção de S. Domingos. É, portanto, sem surpresa que constatamos que a primeira rua documentada (1247) na área extramuros e no sopé poente da encosta da Penaventosa é de artesãos. Chamou-se «Fferrays», dos ferreiros ou ferrarias, e corria junto do rio da Vila e do convento dominicano (fig.1).¹⁴



- | | |
|------------------------------------|--------------------------------|
| 1 - "Vila Nova" de Miragaia | 13 - Cidade Episcopal |
| 2 - Igreja de S. Pedro de Miragaia | 14 - Barredo e Forno dos Gafos |
| 3 - Minhota e Banhos | 15 - Lada |
| 4 - Redondela | 16 - Muralha |
| 5 - Convento de S. Francisco | 17 - Sé |
| 6 - S. Nicolau | 18 - Porta de Vandoma |
| 7 - Convento de S. Domingos | 19 - Rua das Eiras e Cidade |
| 8 - Hospital de Rocamador | 20 - Igreja de Santo Ildefonso |
| 9 - Ribeira | 21 - Castelo de Gaia |
| 10 - Porta do Souto | |
| 11 - Rua Ferrays | |
| 12 - Rua do Souto | |

Figura 1. A rede viária e os conventos mendicantes (século XII-XIII)

O «Bem Comum» e o plano urbano

Esses primeiros sinais documentados da expansão urbana para o vale do rio da Vila acelerar-se-ão ao longo do século. No início de Trezentos multiplicam-se as notícias de avanços para a zona ribeirinha, entre S. Nicolau, o Barredo e a Lada. Eles são indissociáveis da criação daquele que foi o eixo viário mais importante da cidade medieval, que designamos por rua «Direita». Sucessivos troços integraram o seu ramal principal que, desde o planalto oriental, contornando radialmente a cidade episcopal, se dirigiu à Ribeira e ao Douro; no seguimento das mais antigas ruas de Cimo de Vila, Chã, e Eiras, a oriente da cidade românica, criam-se

¹⁴ Depois designada por rua de «Fferrariis» (1296). Segundo Magalhães Basto, esta rua será mais tarde designada por Bainharia e também rua de «Fabrís» (Basto, 1962: 143). É, contudo, mais provável que o seu traçado original fosse a poente dessa via, correspondendo à actual Viela do Anjo.

então as ruas Escura, da Bainharia e dos Mercadores.¹⁵ Um segundo ramal desenvolver-se-ia a partir desse; arrancando da Cruz do Souto, em continuidade axial com a rua Escura, atravessou o vale do rio da Vila e galgou a colina do Olival, atingindo no planalto as estradas de Braga e Vila do Conde (Fig.1).¹⁶

Com a rua Direita, o mercado, originalmente conotado com o poder senhorial eclesiástico, desceu da colina da Penaventosa, apartando-se do sagrado; a estática «Civitate» episcopal ganhou um dinamismo que acompanhou o desenvolvimento económico e as transformações culturais e políticas. Essa via foi de mesteres e de mercadores; sobretudo estes últimos formarão uma elite urbana que encontrará nos Dominicanos os seus ideólogos e aliados preferenciais. A rua, e a paisagem urbana a que se associou, serão indissociáveis de um acentuar, lento mas inexorável, da decadência do senhorio episcopal e, num segundo momento, da entrada em força na cidade de um novo protagonista urbano: a Coroa.

A nova estrutura viária alteraria a organização espacial da «Civitate» episcopal, ancorada na sacralidade de uma rede de pequenos núcleos, agregada em torno de ermidas e dos seus «cemiteriae» que, por sua vez, se estruturara numa relação próxima com as antigas vias romanas territoriais de longo e médio alcance: S. Nicolau, Miragaia, Santo Ildefonso, a Sé – antecedida por uma ermida pré-românica – a «eccllesia» que precedeu, no vale do rio da Vila, o convento de S. Domingos e a de S. Miguel, bordejando a também romana estrada de Braga. As suas articulações de proximidade formarão uma nova capilaridade urbana e, com esta, a ubiquidade universal da acrópole da Penaventosa cedeu o lugar a um «locus» central, materializado no activo e operoso convento dominicano que a rua Direita bordejava e, a partir do início do século XIV (apenas em 1320, por exemplo, os Dominicanos concluirão o seu convento) assistiremos a uma significativa descriptação do símbolo e, com ela, do espaço absoluto da cidade do senhorio episcopal.

Nessa transformação desempenharia importante papel a nova ideologia urbana baseada no «Bem Comum», fundamentada em Aristóteles e aperfeiçoada por Tomás de Aquino e os seus discípulos. Quando o vigário episcopal tentou impedir a construção do alpendre dominicano em 1320, os frades retorquiram-lhe que a obra se fazia para «proveito da cidade».¹⁷ Este é sinónimo do «Bem Comum» que o Concelho invocaria pouco depois, no ano de 1331, em relação à necessidade de urbanizar o Olival. O lento emergir de uma nova paisagem urbana, com a plenitude de significados morfológicos, sociais, estratigráficos e

¹⁵ A rua Escura é referida como rua Nova em 1300; a rua dos Mercadores é pela primeira vez documentalmente mencionada em 1308, com a designação de “rua per hu uam a Ribeira” (Basto, 1997: vol.I, 303).

¹⁶ A via romana que unia Lisboa a Braga, mencionada no Itinerário de Antonino, datava, provavelmente, da época de Adriano. Passava por Coimbra e atravessava o Douro no Castelo de Gaia, no local onde hoje se encontra o Senhor da Boa Passagem. Na margem fronteira, o principal local de amaragem das barcas era Monchique de Miragaia, de onde a via subia o designado Monte dos Judeus até alcançar o percurso da actual rua dos Mártires da Liberdade. Da ermida de S. Nicolau partia um ramal dela que, galgando Belmonte entre as cercas dos conventos mendicantes e, depois, o Olival, prosseguia pela «Karraria antiqua» – posteriormente a rua de Cedofeita – para o Ave, cruzando-se com a anterior junto do actual largo de Carlos Alberto. Santo Ildefonso, a Sé e S. Domingos eram bordejados, como se referiu, pela estrada Vila do Conde/Matosinhos/Lordelo/Penafiel que se articulava, em Massarelos, com uma outra via de acesso ao Ave, provavelmente a «Via Veteris». Esta unia-se com a «Karraria», depois de passar junto da Colegiada de Cedofeita, no Padrão da Légua e, no Olival, cruzava-se com a carreira proveniente de S. Nicolau, perto do extremo poente da Calçada de S. Domingos, depois de, no local onde se erguerá no século XIII o convento mendicante, bordejar uma outra antiga ermida. Finalmente, da Porta de Vandoma da muralha românica partia a estrada de Alfena/Guimarães pelo percurso que, antes de alcançar o baixio designado «portu de Carros», se designou rua de Carros; um outro percurso, que confinava a poente com a cerca de S. Domingos e mais tarde se chamará rua das Congostas, ligava a essa estrada através do Souto (Afonso, 2013: 3 e ss). Sobre a via romana Lisboa-Braga, a de Vila do Conde, a «Via Veteris» e a «Karraria» ver ainda (Almeida, 1968: 28-29, 167 e ss; Oliveira, 1973: vol.I, 188 e ss; Freitas, 1950; Almeida, 1980).

¹⁷ A.D.P., *Convento de S. Domingos*, K/19/7-37, *Colecção 9ª*, fl. 543 (apud Afonso, 2013: 63).

simbólicos com que está conotada e a que o convento de São Domingos está associado, não se pode dissociar dele. O novo plano urbano do século XIV também; ancorado em princípios tradicionais, como o círculo e a cruz, que informaram as formas simbólicas urbanas do início da Baixa Idade Média e, após elas, a geometria e os cordeamentos do urbanismo regulado, terá em S. Domingos um epicentro de identidade social e valores cristãos. Esse núcleo corporizou-se na aliança dominicana com os homens do Concelho, de que os Pregadores serão os grandes mentores; no grande alpendre-praça de São Domingos, adossado aos lados norte e poente da igreja conventual, realizaram-se muitas das reuniões magnas de homens bons, que pautaram diversos episódios da luta contra o senhorio episcopal (Fig. 2 e 3).



Figura 2. O alpendre de S. Domingos



A – Convento de S. Domingos B – Muralha gótica C – Postigo da Cordoaria D – Postigo de S. Miguel E – Porta do Olival F – Judiaria G – Postigo de Álvaro Gonçalves da Maia H – Convento de S. Francisco I – Rua Nova J – Convento de Santo Elói K – Porta da Ribeira L – Sé M – Convento de Santa Clara

Figura 3. O Porto de cerca de 1500 e o plano do século XIV

O século XV: ritual e espaço público

O convento dominicano é a imagem petrificada do «Bem Comum» que a tradição teológica dos finais da Idade Média identificou com a própria cidade; essa cidade terá, contudo, curta duração. A efectiva entrada da Coroa no Porto dá-se em 1325, com a construção da Alfândega na Ribeira e o senhorio episcopal perde, na prática, todos os seus poderes em 1343, logo após o Concelho ter obtido, em 1316 e 1331, a propriedade de incipientes, mas estratégicos espaços públicos do senhorio episcopal. Entre eles salienta-se o Olival, muito importante pelas várias vias de origem romana que por aí passavam e aí se cruzavam e a Ribeira, com os seus rossios, de onde emergirá a praça do mesmo nome, a mais importante da cidade no início de Quatrocentos. A debilidade do Concelho, porém, será impotente para criar um espaço público consistente e o urbanismo regulado, mas não obrigatoriamente regular, que lhe está associado. Esse papel estará reservado à Coroa, que rapidamente integraria na sua órbita a elite urbana mercantil em que se tinha apoiado para obter resultados contra o senhorio episcopal; os Dominicanos entrarão então numa época de relativo ocaso, já que, em Quatrocentos, e com a nova dinastia de Avis, o protagonismo foi assumido pelos seus vizinhos Franciscanos.

Os frades menores estão associados a uma nova aristocracia urbana, constituída em parte por oficiais da Coroa, que se miscigenou com os antigos mercadores para formar a cidade aristocrática de Quatrocentos. Os Dominicanos procuraram também atrair essa nova elite; surge assim, entre outras, a capela da Santíssima Trindade, instituída em 1469 por Fernão Álvares Baldaia, mercador, financeiro e diplomata ligado à Coroa, num espaço fornecido pelos frades (Freitas, 1939); (Sousa, 1984: 39). Ao comunitarismo horizontal e mendicante de Eiximenis sucedeu a verticalidade aristocrática de Arèvalo e essa transformação teve efeitos no plano urbano; a hierarquizada cidade quatrocentista criou, intramuros, três unidades de paisagem com núcleos de propriedade, componentes sociais e económicas, estratigrafias, morfologias e significados bem diversos: a Ribeira com a rua Nova e a praça do mesmo nome, o Olival com a Judiaria e a cidade oriental com o núcleo sagrado românico. Essa cidade, hierarquizada e exclusiva, resultou directamente da cidade do «Bem Comum» que a antecederia. Desse modo, a muralha real que no século XIV circuitou o Porto decalcando o perímetro da «civitate» episcopal do século anterior, as suas aberturas e os dois conventos – Santa Clara e Santo Elói – que se ergueram no seu interior no século XV, dependeram ainda do plano centrado em S. Domingos, forma de representação incipiente, mas agregadora. O mesmo sucedeu, por exemplo com a Judiaria do Olival, criada em 1386 por D. João I nas proximidades do convento de S. Domingos. O plano, porém, denotou uma tendência que se acentuará no futuro: uma progressiva concentração de urbanidade no vale do rio da Vila e nas suas encostas, com o consequente alheamento da cidade oriental (Fig.3).

Cedo se presentiu que a disfuncionalidade da cidade necessitava de mais do que os alinhamentos de um plano incipiente para se operacionalizar. Assim, os seus principais agentes de agregação não serão nem o arquitecto nem o urbanista: esse papel foi assumido pelo ritual. A procissão do Corpo de Deus, cuja primeira notícia de realização no Porto data exactamente do reinado de D. João I (1417) (Couto, 1936; Barros, 1993), contribuirá para identificar sociedade, morfologia e símbolo em torno de uma imagem sagrada e de uma identificação urbana. Imagens e relíquias tiveram relações intensamente significativas com os espaços urbanos porque o seu deambular pela cidade em procissões celebrava, como o plano mendicante, a «communitas», aproximando o espaço urbano do homem. Simultaneamente, contribuíram para a afirmação desse espaço como público. Por outro lado, e não menos importante, a sua capacidade de investir a cidade com significados condicionou-a social e, também, morfologicamente

Muitas das questões entre os mendicantes e o clero secular tinham girado em torno das jurisdições pastoral e sacramental que enunciavam já uma vontade de apropriação do espaço urbano.¹⁸ No final de uma época ou, se quisermos, no início de outra, as procissões foram o instrumento de afirmação de supremacias nesse espaço. Então, a primazia da Sé sobre os outros estabelecimentos religiosos não poderia ser questionada: desse modo, os cônegos exigiram que os Dominicanos, para percorrer a cidade de «cruz levantada», tivessem a sua autorização expressa.¹⁹ Particularmente duro seria, em meados do século, o conflito acerca da confraria de Jesus, que opôs o bispo e os cônegos a S. Domingos, em que a capacidade dos Pregadores produzirem uma procissão condigna foi posta em causa. No «Livro do Foral» do convento de S. Domingos encontra-se um relato bastante desenvolvido do conflito que faz lembrar, pela sua violência, as disputas ocorridas quando da fundação do convento no século XIII e seria originada pela erecção, em 1432, de uma confraria de Jesus na igreja dominicana.²⁰

A primeira metade do século XVI: as extensões urbanas

Esses são episódios da enorme transformação religiosa, social e urbana que levará a Sé a assumir, no início da Idade Moderna, uma centralidade que o «Bem Comum» e o plano urbano que originou tinham condensado em S. Domingos. Decisiva para ela foi, em 1499, a trasladação pelo bispo D. Diogo de Sousa do ícone de S. Pantaleão, que guardava as relíquias do santo mártir, misteriosamente chegadas em 1453 ao arrabalde de Miragaia, para a sede episcopal (Cunha, 1742: vols. II, 182) (Novaes, 1913: vol. III, 223).²¹ Restabeleceu-se, desse modo, uma ordem «natural»: o percurso, de um ponto periférico para um lugar central e definitivo, culminou exemplarmente o rito de passagem (Nascimento e Gomes, 1988:11) iniciado em Constantinopla, cidade de onde as relíquias eram supostamente originárias

A trasladação dos despojos do Santo Mártir para a Sé não está associada apenas à fixação de um novo centro urbano. Ela foi peça essencial na produção de um sistema cultural, igualmente «central», com valores religiosos, simbólicos, ideológicos e morfológicos renovados. Esse sistema, que seria capaz de influenciar através do sagrado o comportamento das populações, segue um modelo originalmente desenvolvido na «Roma triumphans» de Nicolau V: a cidade dos papas foi então reinventada segundo um conjunto de rituais, renovações litúrgicas e obras dirigidas ao espiritual e temporal, que seria coroado pela afirmação da centralidade de S. Pedro do Vaticano.

¹⁸ No último caso, salientam-se os diversos acordos efectuados, em relação à «quarta funeral» entre os Mendicantes do Porto e o Cabido. No cartório deste último constam várias dessas concórdias. A mais antiga data de 1320 e envolveu Franciscanos, Dominicanos e o rei D. Dinis, a quem os frades se tinham queixado de que a Sé não lhes permitia dar sepultura nos seus conventos. Como, porém, o papa determinara o contrário, o monarca ordenara ao bispo, por carta datada de 28 de Dezembro de 1319, que não lhes pusesse embargos. O bispo e Cabido aceitaram então o desígnio papal e Franciscanos e Dominicanos comprometeram-se a pagar-lhes a quarta funeral (A.D.P., Cabido, 1685, *Livro XXVII de Originais*, fl. 14). No mesmo ano, o bispo e Cabido alcançariam uma sentença que obrigava ambos os conventos a pagar a quantia devida (*Idem, ibidem*, fl. 30) (*apud* Afonso, 2013: 28).

¹⁹ A.D.P., Convento de São Domingos, K/18/7 – 82, *Colecção 1ª*, fl. 327 e ss. Millán da Costa indica que, em 1450, era permitido que aos Dominicanos fazerem procissão e trazerem a cruz levantada «...quando forem pelas imagens onde quer que estivessem pela dita cidade...» (Costa, 1999: 349).

²⁰ A questão, porém, só viria a ser definitivamente resolvida em 26 de Maio de 1454 (A.D.P., Convento de São Domingos, K/19/7-16, *Livro do Foral...*, fl. 9vº e ss). Millán da Costa registou detalhadamente este conflito (Costa, 1999: 348 e ss).

²¹ A historiografia recente não põe, de uma forma geral, em causa essa trasladação; o mesmo, porém, não sucede com a procissão solene através da qual, segundo D. Rodrigo da Cunha e Pereira de Novais, ela se teria efetuado (Machado, 2003; Resende [s/d.]; Afonso, 2013).

Como em Roma, poderemos associar a intensa actividade urbanística ocorrida na primeira metade de Quinhentos no Porto a um ritual: a «traslatio» pantalaconina. Ambas foram instrumentais no programa empreendido pela Coroa, que contou com a participação estreita da Igreja. Ambas serviram igualmente os objectivos de uma política de representação, superadora das limitações de um aparelho estatal pouco eficaz que, mais do que motor, foi frequentemente obstáculo ao projecto político do Estado. A extensão urbana, porém, centrou-se no vale do rio da Vila e no convento dominicano que o dominava; ela só foi possível com a colaboração dos Pregadores e contribuirá para relançar de novo a questão da centralidade do convento (Fig. 4).



1 – Rua Nova de S. Francisco 2 – Rua da Rosa 3 – Rua Nova de S. João 4 – Rua de Belmonte 5 – Rua de S. Domingos, ou do Alpendre de S. Domingos 6 – Rua da Ponte de S. Domingos e extremo norte da rua das Congostas 7 – Rua das Flores 8 – Rua dos Canos 9 – Travessa da Vitória 10 – Rua da Biquinha 11 – Rua da Ponte Nova 12 – Viela do Feraz 13 – Rua da Porta Nova da Rua de Carros, ou Largo de S. Bento 14 – Calçada dos Canos ou da Cidade 15 – Rua Nova de S. Bento
 A – S. Nicolau B – Convento de S. Francisco C – Convento de S. Domingos D – Misericórdia E – Convento de Santo Elói F – Mosteiro de S. Bento da Ave-Maria G – Convento de Santa Clara

Figura 4. A extensão urbana da primeira metade do século XVI

O desenvolvimento do culto pantaleonino será acompanhado no Porto pela remodelação e regularização da praça do mercado diário da Ribeira, ordenada por D. João II após um incêndio ocorrido em 1491. Seguidamente, D. Manuel mandaria abrir a rua de Belmonte, entre S. Domingos e o padrão do mesmo nome, em 1503, logo depois da sua passagem pela cidade, atravessando a horta do convento dominicano. Essa seria a primeira de uma série de intervenções que incidiram sobre a antiga cintura periférica que era, maioritariamente,

propriedade eclesiástica. Seguiu-se a ligação de S. Domingos à zona ribeirinha, efectivada através de um percurso que substituiu a antiga via que, de S. Nicolau, subia a encosta para a calçada de S. Domingos. Esse trajecto incluiu dois arruamentos, inicialmente designados rua Nova de S. Francisco (c. 1520) e rua da Rosa, ou das Rosas (1523). A primeira, que atingia a rua Nova joanina, abriu-se na devesa do convento franciscano, a segunda em terrenos da horta dominicana.

A rua da Rosa, com início frente à portaria do convento dominicano, articulou-se, através da ligação a uma outra via, a de S. Domingos. Esta foi loteada pelos dominicanos, a partir de 1514, entre a rua de Belmonte e o convento e articulou-se com o percurso de uma outra e importante rua “nova”: a de Santa Catarina das Flores (1521). Dirigindo-se para Norte, esta via uniu S. Domingos ao convento feminino beneditino de S. Bento da Ave-maria, fundado em 1518 numa zona de hortas e pomares propriedade da Mitra, no interior do Postigo de Carros, nas proximidades da antiga passagem fluvial do «portum de rriuo de Carros» e da estrada de Guimarães. A rua das Flores, que articulou as duas colinas intramuros do Olival e da Penaventosa e, simultaneamente, balançou a cidade para Norte, utilizou uma escrita topográfica, semi-ortogonal, que incluiu vias transversais e ruas de serviço. Integrará, assim, no seu sistema periférico novos arruamentos como a Ponte Nova, a Calçada dos Canos, ou da Cidade e a rua de Carros, depois Nova de S. Bento, actual rua do Loureiro e praças, caso do largo de S. Domingos e da Cidade, ou de S. Bento.

O largo de S. Domingos, onde desembocava a rua das Flores, era em parte ocupado pelo grande alpendre dominicano. Suportado por arcaria gótica, formava um “L” que alcançava a frontaria da igreja conventual, voltada a poente. Na zona do alpendre a norte da igreja situava-se a capela sob arcos de Nossa Senhora das Neves, possivelmente uma torre anterior à existência do convento, também erguida sobre um arco em que se mostrava a imagem do Cristo Crucificado²² e onde se instituiu em 1536 a confraria dos Mercadores.²³ O alpendre articulou-se com a ponte de S. Domingos, que sobre o rio da Vila, fazia a ligação à antiga cidade episcopal, e onde desde o século XV existia uma série de boticas de Judeus, através de uma rua loteada pelos dominicanos a partir de 1514, a rua da Ponte de S. Domingos (1514); seguiu-se-lhe o loteamento idêntico do troço superior da rua das Congostas, cujas margens eram igualmente propriedade dominicana (c.1524), que descia até à rua Nova e a Ribeira. Na rua da Ponte de S. Domingos e nas Congostas situar-se-ão uma série de boticas, em boa parte aforadas a cristãos-novos, que fizeram desse local o mais importante centro comercial urbano da cidade quinhentista. Junto, no largo e alpendre, realizava-se a feira semanal e, sob os arcos efectuavam-se muitas das reuniões ou actos importantes do concelho. Por exemplo, os

²² ADP, Fundo Monástico, K/19/7-3, Convento de São Domingos, *Colecção V*, fl. 360. Esta imagem seria, muito provavelmente, a que os dominicanos mandaram vir da Flandres, em 1448, para a confraria de Jesus (Afonso, 2013: 99).

²³ Segundo o padre Xavier Coutinho, a confraria teria sido criada pelos homens de negócios e mareantes da cidade em 1516. Cita ainda Sousa Viterbo que alude à existência do seu estatuto que datava de 1627. Possuía duas embarcações «dalemagem», fundeados em Massarelos, que deviam rebocar as embarcações que entravam ou saíam da barra (apud Coutinho, 1962: 319). Amândio Barros também alude à confraria que, segundo ele, recebia dos homens de negócios do Porto um vintém por cada caixa de açúcar do Brasil descarregada na cidade, que se destinava à manutenção dessa e de outras obrigações. Adianta ainda que em 1556 os confrades assinaram um contrato com o convento de S. Domingos, passando a reunir-se numa capela adossada a norte do convento (Barros, 2004: vol. I, 113). A confraria, porém, deve datar apenas dessa data, pois no documento referido por Amândio Barros e publicado por José Ferrão Afonso se refere «...a confraria dos mercadores da dita cidade que hora novamente se jnstetuyo...» (A.D.P., Convento de São Domingos, 4310, *Colecção 3^a*, 1556, Dezembro 4, fl. 349 (apud Afonso, 2000: 103, 121 e 189). A capela mencionada por Amândio Barros é a da Senhora das Neves, no alpendre de S. Domingos e, no documento referido, a maior parte dos confrades mencionados são cristãos-novos: Dinis Eanes; Francisco Rodrigues, Gabriel Álvares, António Barbalho, Bento Fernandes, António e Tomás Nunes.

concertos feitos pelo Juiz dos Tombos, licenciado João Dias para a realização do Tombo dos Bens da Cidade a partir de 1534 foram efectuadas aí (Fig. 2 e 4).²⁴

Não só o mosteiro de S. Bento da Ave-Maria, mas todo o novo sistema viário que integrou o plano manuelino de expansão urbana, incluindo a rua de Belmonte, no sentido leste-oeste e as da Ferraria, da Rosa e das Flores na direcção norte-sul, bem como o seu cruzamento frente a S. Domingos, se sobrepuseram às principais linhas de força do plano do século XIV. Ele continuaria a ser, desse modo, o mais poderoso elemento formativo da paisagem urbana intramuros em Quinhentos e a posição central de S. Domingos no plano urbano seria de novo reforçada.

A imagem da cidade

Será possível dividir o século XVI portuense em dois períodos distintos, separados pela figura do bispo carmelita Baltasar Limpo. No primeiro, que abarca o reinado de D. Manuel e ainda a primeira parte do governo do seu sucessor D. João III, a cidade desenvolveu-se e expandiu-se através das urbanizações do vale do rio da Vila. Preocupou-se também, com o «Venturoso», em melhorar as condições de navegabilidade e acessibilidade do Douro: criou-se a torre da Marca num local, o Cristelo, onde existira já um «almear» árabe, removeram-se pesqueiras, construiu-se um cais e introduziram-se melhoramentos na porta da Ribeira, lançou-se o importante eixo de escoamento formado pelas ruas Novas de S. Francisco, Rosa, Flores e Canos que se articularam com as antigas vias de Braga, Vila do Conde e Guimarães.

Prosseguindo essa política, o Porto ocupar-se-ia também, sobretudo através da iniciativa do bispo de Viseu D. Miguel da Silva, da optimização das suas saídas para o mar, o que implicou a criação, na Foz do Douro, de um elaborado programa humanista, urbanístico e arquitectónico, executado pelo arquitecto privativo de D. Miguel, Francisco de Cremona, após o seu regresso a Portugal em 1525. A amizade de D. Miguel da Silva com os círculos cristãos-novos da cidade que, pouco a pouco, iam substituindo na actividade mercantil a antiga elite patricia, cada vez mais associada ao modo de vida terratenente e rentista da nobreza, integra-se bem na sua política construtiva e na demonstração de capacidade de iniciativa individual que ela supôs. É, na verdade, muito provável que o Porto tenha sido prejudicado, no início do século XVI, pela concentração do monopólio do comércio ultramarino em Lisboa, fenómeno que foi um dos temas fortes do desenvolvimento da cidade capital no Estado territorial no início da Idade Moderna. Durante esse período, portanto, o trato marítimo internacional da cidade atravessaria uma fase de readaptação e reformulação estratégica, o que implicaria a criação de novos destinos para os seus navios. Nessas transformações desempenharão um papel essencial os cristãos-novos que, oriundos de Castela, aportaram ao Porto em 1491. Simultaneamente, eles contribuirão para a crescente complexidade social da cidade, formando um grupo importante, capaz de rivalizar em termos económicos com uma elite urbana em que eram visíveis sinais de crise. Com contactos internacionais facilitados, criaram companhias comerciais poderosas e participarão, primeiro no comércio com as ilhas portuguesas do Atlântico, passo decisivo para a reanimação económica da cidade e, depois, numa segunda fase posterior aos meados do século, para o Brasil, Índias de Castela e Flandres.²⁵ Se a elite tradicional, ao entrar na dependência da Coroa, se associou a uma economia parasitária, o

²⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto, nº 872, Livro 1.

²⁵ Sobre os cristãos-novos portuenses, ver (Mea, 1997: passim). Sobre a sua participação na criação das redes transatlânticas (Barros, 2004: passim).

individualismo empresarial dos cristãos-novos colocaria a cidade no centro do universo dinâmico das redes urbanas. Sintomaticamente, será em S. Domingos que os novos homens de negócios criarão a confraria dos Mercadores, o que demonstra também a ambiguidade das relações entre os frades e os judeus convertidos. As actividades e sucessos dos cristãos-novos, porém, contribuiriam reactivamente para a progressiva institucionalização e enquistamento do lugar central, cultural, económico e social, a que atrás aludimos.

No Porto das primeiras décadas de Quinhentos o crescimento demográfico intensificou-se, a cidade expandiu-se, mas as cisões tornaram-se mais evidentes. A vida processional fora capaz de integrar e catalisar esses elementos, embora se notasse já, ao longo das primeiras décadas do século, que ninguém parecia saber ao certo qual o lugar destinado aos judeus conversos no plano organicista. O mesmo não sucederá, contudo, a partir dos anos quarenta, quando, após a fundação do tribunal da Inquisição, ele passou a estar perfeitamente definido. As novas preocupações do Estado confessional centrar-se-iam então no selar das aberturas do corpo místico, expulsando dele os heréticos – o que, na época e lugar, significava os cristãos-novos, activos representantes do inovador e livre comércio atlântico – e tratando de conservar todos os seus membros em boa ordem.

A cidade fechava-se sobre si mesma e um importante sinal dessa transformação foi emitido pelo ritual, traduzindo-se na alteração do percurso da mais importante procissão, a de «Corpus Christi». O seu trajecto tradicional mantivera aberta a cidade medieval dos mercadores, já que ia, alternadamente, a S. Pedro de Miragaia e Santo Ildefonso, as duas ermidas pré-românicas fora de muros. Todavia, a partir de 1559/1560 o percurso será restringido a um círculo no interior da cerca, com partida e chegada da Sé e incidência particular na antiga cintura periférica ocidental do vale do rio da Vila, com passagem obrigatória pelos conventos mendicantes.

A ordem real de 1560, que ordenou a restrição da procissão de «Corpus» ao interior da muralha, obedeceu à vontade de formatação de uma imagem urbana, com a consequente dicotomia geográfica, política, social e de significados entre exterior e interior de muros. Foi também capaz de formalizar uma «anima urbis», similar àquela que Nicolau V tinha concretizado em Roma cerca de um século antes, já que o percurso processional abarcou quase exclusivamente o vale do rio da Vila, as suas vias, incluindo as urbanizações manuelinas e os mercados históricos da cidade, principalmente a Ribeira e S. Domingos. Simultaneamente, contribuiu para a agregação, vertical e hierárquica do tecido social urbano, no que será complementado pela criação das novas freguesias intra - muros em 1583 (Silva, 1984).

O ritual do «Corpus Christi» construía uma narrativa canónica sobre o Porto. O seu objectivo foi a produção de uma área «pública» e «pura» do Porto, que coincidiu, grosso modo, com a antiga cintura periférica mendicante e a incidência ritual contribuiria para a sua clarificação no próprio espaço intra-muros. Porém, essa «anima urbis» não seria completamente formalizada sem o carácter representativo e identitário da arquitectura. Os grandes responsáveis pelo despoletar dessa operação seriam os Jesuítas.

A Companhia de Jesus, que chegou ao Porto em 1560, foi dos principais motores da «cristianização» contra-reformista e compreendeu bem a lição de Alberti; entendeu a cidade como um palco profundamente ritualizado, capaz de catalisar as possibilidades representativas da arquitectura. Como os Mendicantes cerca de três séculos e meio antes, o seu magistério centrar-se-á num pertinaz trabalho de proselitismo e missão urbana. A sua concepção da cidade como um teatro sagrado e, por conseguinte, como a «scena» em que se deviam simultaneamente sintetizar as representações da procissão e da pregação, dificilmente se coadunava com apertado e claustrofóbico cenário do Barredo, junto da Ribeira, em que os Apóstolos, chefiados por S. Francisco de Borja, se instalaram (Basto,

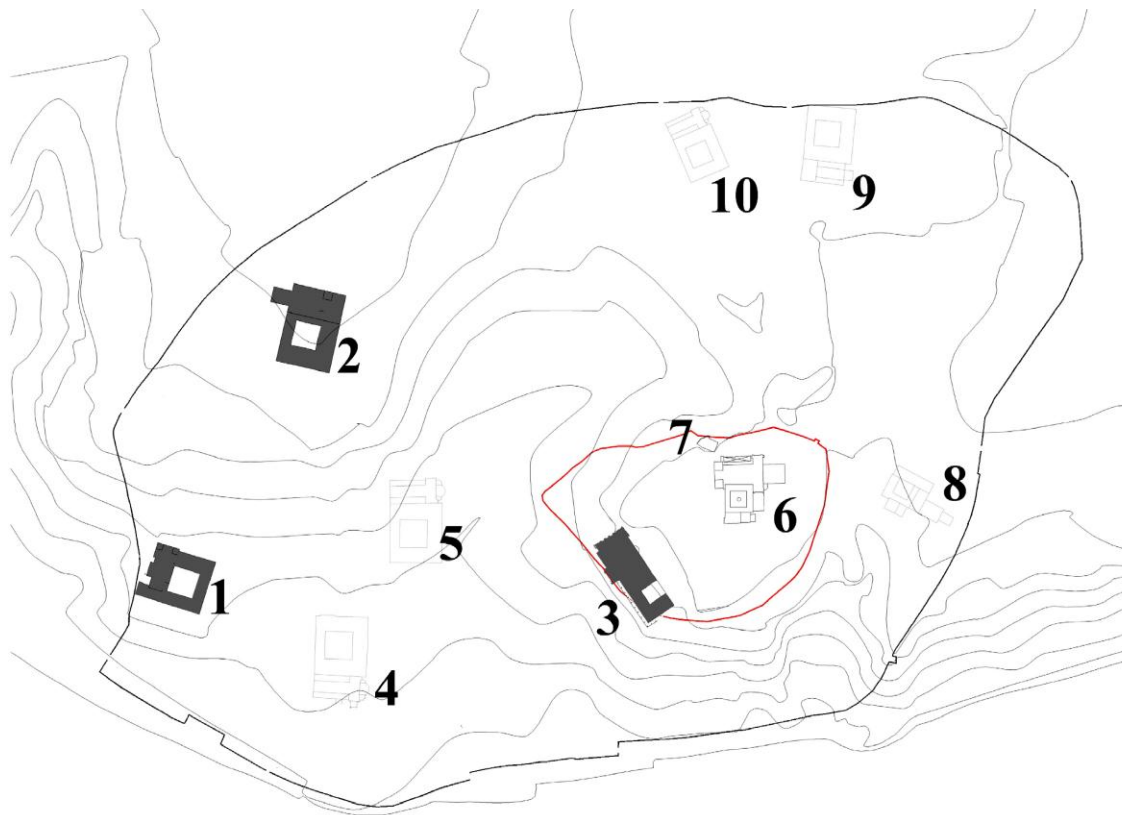
1941). Rapidamente se transfeririam (1573) para nova localização na elevada plataforma das Aldas, na colina da Penaventosa, junto da Sé. Para além de reforçar a ideia de obediência, um dos conceitos fulcrais do pensamento de Inácio, a nova localização reunia as condições ideais para a cenografia urbana de carácter histórico a que a Companhia almejava. Nela, a arquitectura era o elemento final de uma longa cadeia, cujos elos foram os diversos componentes, formais, históricos e simbólicos da paisagem urbana.

S. Lourenço dominou o vale do rio de Vila, embora submetendo-se hierarquicamente, num contraposto criador de tensão, mas não de desarmonia, à Sé. Rapidamente, dois outros estabelecimentos de ordens reformadas lhe seguiriam as pisadas: S. João Novo (f. 1593), e S. Bento da Vitória (f. 1598), este recortando-se, em escorço frontal, no alto da colina da antiga Judiaria, face a face com a catedral. O princípio clássico de uma harmonia viva, arbitrariamente formada, parece ter presidido a essa disposição, subordinada e semi-circular, em torno da Sé e do antigo vale mendicante (fig. 5).

O pensamento analógico, de longa tradição na cultura ocidental, de Ambrósio a Tomás de Aquino e de Escoto Eurígena a Santo Agostinho (Tafari, 1992:31), concorreu para o renovado plano do vale do rio da Vila, mas a presença das enormes massas arquitectónicas – a nova Casa da Relação seria erguida junto ao mosteiro beneditino a partir de 1607 – manifestava também a ubiquidade da Igreja e do Estado. A sua transparência, convencionalmente iconográfica e representativa, resultou da política de consenso e identidade social em torno do Estado confessional, implementada após meados do século por D. João III, que demarcou ritualmente a «anima urbis», a estruturou e enquadró verticalmente através da divisão paroquial e a selou pela ritualizada metáfora organicista. O primado da representação, porém, tinha-se iniciado bem antes no vale: a centralidade dominicana descripturara o espaço simbólico absoluto no ideal do Bem Comum; a Ribeira e a Judiaria joaninas fragmentaram-na no exclusivo urbanismo regulado e as extensões, morfológica e socialmente hierarquizadas de D. Manuel, iniciaram a sua sistematização moderna.

No início do século XVII, a imagem devia saltar do quadro (Foucault, 2005:64). A penumbra em que mergulharam a cidade oriental da estrada de Penafiel e os arrabaldes fará sobressair a clareza pura do acanhado vale mendicante. O Porto adquiriu assim a fachada, no sentido pleno de *facies*, que acompanharia a cidade ao longo de toda a Idade Moderna e, no centro dela, como afirma Frei Luís de Sousa, localizava-se S. Domingos:

...Porque, como a cidade está situada em lugar dependurado, e o Convento lhe fica no meio, e como no coração d'ella, não há lugar mais a proposito para ser frequentado dos negociantes, juntando-se-lhe a comodidade da Igreja, e o amparo, que o alpendre dá pera o Sol, e agoa... (Sousa, 1977: vol. I, 320) (Fig. 6).



- 1 - Convento de S. João Novo.
- 2 - Mosteiro de S. Bento da Vitória.
- 3 - Colégio de S. Lourenço.
- 4 - Convento de S. Francisco.
- 5 - Convento de S. Domingos.
- 6 - Sé.
- 7 - Paço do Concelho.
- 8 - Convento de Stª Clara.
- 9 - Mosteiro de S. Bento da Avé-Maria.
- 10 - Convento de Stº Elói.

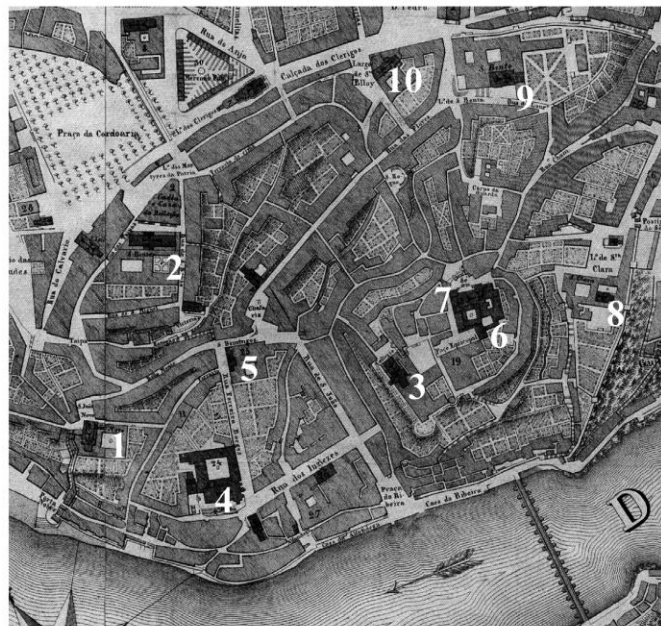


Figura 5. *A anima urbis*



Figura 6. A face da cidade (gravura de Teodoro de Sousa Maldonado, 1789)

Referências bibliográficas

Afonso, José Ferrão (2013), “ *A imagem tem que saltar*”. *A Igreja e o Porto no século XVI (1499-1606). Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Afonso, José Ferrão (2001), *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Almeida, Carlos Alberto Brochado de (1980), «Via Veteris. Antiga via romana?», in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. 3 vols. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento/Revista de Guimarães, 3, 151 -170.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1968), *Vias medievais de Entre Douro e Minho*. Dissertação para a licenciatura em História [edição policopiada]. Porto: Faculdade de Letras.

Barros, Amândio Jorge Morais (2004), *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Tese de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras do Porto [edição policopiada]. 2 vols. Porto: FLUP.

Barros, Amândio Jorge Morais (1993), «A procissão de Corpo de Deus do Porto nos séculos XV e XVI: a participação de uma confraria», *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2, 10, 117-130.

Basto, Artur Magalhães (1941-1942), «O estabelecimento da Companhia de Jesus no Porto», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 4 (I), 25-49; 5 (fasc. I), 36-57.

Basto, Artur de Magalhães (1962), «Desenvolvimento topográfico da cidade. Séculos XII a XV», in Peres Damião e Cruz António (dir.), *História da cidade do Porto*. 3 vols. Porto: Portucalense Editora, vol. I, 116-158.

Basto, Artur de Magalhães (1997), *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. 2 vols. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto [2ª ed.].

Barbosa, Albertina da Conceição Machado da Silva (1995), *Capelas e aniversários do mosteiro de S. Domingos do Porto no século X* [exemplar policopiado]. Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: FLUP.

Costa, Adelaide Pereira Millán da (1999), *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder no burgo portuense (1385-1502.)* Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e Humanas na especialidade de História [edição policopiada]. Lisboa: Universidade Aberta.

Coutinho, Bernardo Xavier (1962), «A Arte», in Peres, Damião e Cruz, António (dir.), *História da cidade do Porto*. 3 vols. Porto: Portucalense Editora, vol. II, 285-428.

Couto, Luís de Sousa (1936), *Origem das procissões da cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Cunha, D. Rodrigo da (1742), *Catalogo dos Bispos do Porto*. 2 vols. Porto: Officina Prototypa Episcopal [2ª ed.].

Ferreira, J. Augusto (1923), *Memorias archeologico historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopaes e Políticos)*. 2 vols. Braga: Cruz & Compª Editores.

Foucault, Michel (2005), *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70.

Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e (1939), «As capelas de S. Domingos do Porto», *Separata Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2.

Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e (1950), «Estradas velhas entre Leça e Ave», in *Douro Litoral*, IV, I-II, 50-70.

Grave, João; Almeida, Manuel Lopes de (org.) (1924), *Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa.

Machado, Ana Paula (coord.) (2003), *Esta é a cabeça de São Pantaleão*. Porto: Instituto Português de Museus/Museu Nacional Soares dos Reis.

Mea, Elvira Cunha de Azevedo (1997), *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto. Fundação Eng.º António de Almeida.

Nascimento, Aires de e Gomes, Saul (1998), *S. Vicente de Lisboa e os seus milagres medievais*. Lisboa: Ed. Didaskália.

Novaes, Manuel Pereira de (1923), *Anacrisis historial. Parte II Episcopólogo*. vol. III. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Oliveira, J. M. Pereira de (1973), *O espaço urbano do Porto*. 2 vols. Coimbra: Instituto da Alta Cultura/Centro de Estudos Geográficos Anexos à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Resende, Nuno [s.l.] [s.d.], «São Pantaleão “do Porto”»: um paradigma de invenção de relíquias nos finais da Idade Média», consultada a 30/01/2014, em <http://www.academia.edu/225388/>.

Zumthor, Paul (1993) *La Mesure du monde. Représentation de l'espace au Moyen Âge*. Paris: Éditions du Seuil.

Santos, Cândido Augusto Dias dos (1973), *O Censual da Mitra do Porto: subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Sousa, Armindo de (1984), *Conflitos entre o bispo e a câmara do Porto nos meados do séc. XV*, *Separata de Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2, 1.

Silva, Francisco Ribeiro da (1984), *A criação das paróquias de S. Nicolau e N^a S^a da Vitória (1583). Aspectos sócio-económicos e religiosos da época*. Porto: Paróquias de S. Nicolau e N^a S^a da Vitória.

Sousa, Frei Luís de (1977), *História de S. Domingos*: int. e rev. M. Lopes Almeida. 2 vols. Porto: Lello Editores.

Tafari, Manfredo (1992), *Sobre el Renacimiento. Principios ciudades, arquitectos*. Madrid: Catedra.